

## EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

### CAPITALISMO, ESTADO NEOLIBERAL E SEUS REBATIMENTOS NA SAÚDE MENTAL

### CAPITALISM, NEOLIBERAL STATE AND ITS IMPACT ON MENTAL HEALTH

Ingrid Jennifer Gouveia Fernandes Gandoia<sup>1</sup>  
Maria Luiza da Silva Pessoa Menezes<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo consiste em um breve estudo sobre Estado, suas relações no contexto do modo de produção capitalista e seus rebatimentos no campo da saúde mental. É requisito para a conclusão da disciplina Estado, Crise do Capitalismo e Serviço Social, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e tem como objetivo analisar a função do Estado mediante o modo de produção capitalista, sobretudo no campo da saúde mental. Trata-se de um estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa e método dialético. O trabalho se estrutura em introdução, desenvolvimento e conclusão. Os dados bibliográficos apontam para uma atuação máxima do Estado em prol do capital e mínimo para os que mais necessitam. Esse estudo possibilita a comunidade acadêmica e estudiosos da área compreenderem como vem se desenhando a forma de atuação do Estado neoliberal frente ao cuidado das pessoas que apresentam algum tipo de adoecimento.

**Palavras-chave:** Estado; Capitalismo; Neoliberal; saúde mental.

#### ABSTRACT

This article consists of a brief study of the State, its relations in the context of the capitalist mode of production and its repercussions in the field of mental health. It is a requirement for completing the subject State, Crisis of Capitalism and Social Service, of the Postgraduate Program in Social Service at the Federal University of Paraíba and aims to analyze the function of the State through the capitalist mode of production, especially in the field of health. mental. This is a

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba; Campus I Lot. Cidade Universitária, PB, 58051-900; ingrid.jennifer@academico.ufpb.br.

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; Campus I Lot. Cidade Universitária -PB, 58051-900; marialuizasilva914@gmail.com

bibliographic study, with a qualitative approach and dialectical method. The work is structured into introduction, development and conclusion. Bibliographic data point to maximum State action in favor of capital and minimum action for those who need it most. This study allows the academic community and scholars in the field to understand how the neoliberal State's way of acting in the care of people who present some type of illness has been shaped.

**Keywords:** State; Capitalism; neoliberal; mental health.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central o papel do Estado no sistema de produção capitalista e seus rebatimentos na saúde mental. Percebe-se, no decorrer do desenvolvimento desse sistema, sobretudo na sua fase neoliberal, a intervenção mínima do Estado em prol das pessoas com adoecimento mental, e a sua intervenção que massifica o poder do grande capital tem se reverberado na patologização da vida, pois o adoecimento é reduzido a um mero diagnóstico, desconsiderando os sujeitos em sua integralidade. Diante dessa realidade, o Estado neoliberal vem sendo propulsor do consumo de medicamentos, que mascaram o sofrimento e supervaloriza a indústria farmacêutica.

Esse artigo é requisito para a conclusão da disciplina Estado, crise do capitalismo e Serviço Social do Programa de Pós-graduação de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e tem como objetivo analisar a função do Estado mediante o modo de produção capitalista, sobretudo no campo da saúde mental. A perspectiva metodológica se deu com base em levantamento bibliográfico, a partir das leituras propostas na disciplina e no curso sobre o tema discutido, bem como dos registros realizados em diário de campo. A análise dos dados partiu das reflexões advindas das leituras mencionadas, por meio de uma perspectiva crítica, com base no método dialético.

Como recorte teórico utilizou-se Araújo (2019) para discutir as categorias Estado e Capitalismo, Bhering & Boschetti (2008) para abordar sobre as políticas sociais e autores como Amarante (2018) e Barboza (2023) para dialogar sobre a patologização e medicalização da vida, dentre outros.

O estudo é iniciado por meio uma breve explanação do papel Estado no capitalismo, destacando sua função diante das crises cíclicas do capital. Posteriormente, discorrerá sobre a emergência do Estado neoliberal na década de 1990 e como sua atuação vem adquirindo novas facetas frente à realidade posta. Logo após o trabalho contextualiza como se desenvolveu as

políticas de saúde mental nos últimos anos e finalmente apresenta como vem se desenhando o cuidado das pessoas com adoecimento mental diante da política neoliberal.

## **2 ESTADO E CAPITALISMO**

O Estado configura-se enquanto uma categoria central do capitalismo. Antes de qualquer coisa é uma forma política essencialmente ideológica. No sistema capitalista o Estado vem representar os interesses políticos deste, contribuindo com a sua manutenção. Conforme aponta Araújo (2019), além de mercadorias, o capitalismo produz ideologias, as quais se expressam por meio das relações sociais, em que suas contradições são harmonizadas através do Estado.

O Estado, portanto, tem o papel de mediar as contradições inerentes entre a sociedade civil e o capital: “(,,,) para Hegel, o Estado funda racionalmente a sociedade civil-burguesa à medida que a totaliza e a organiza promovendo a unidade entre suas contradições, entre seus conflitos” (Araújo,2019, p. 798). É também na sociedade capitalista que se desvela a luta de classes, de um lado a burguesia, formada pelos capitalistas modernos, e de outro o proletariado, os quais vendem a sua força de trabalho em troca de meios para a sua sobrevivência.

O Estado é multifacetado, dialético e contraditório, e nele o sistema capitalista encontra formas de amortecer suas crises. O período entre 1929 e 1932, em que aconteceu a grande Crise do Capital, expressa bem essa estratégia. Essa crise iniciou no sistema financeiro americano e se proliferou pelo mundo.

As crises fazem parte do processo cíclico da acumulação capitalista. Elas integram a lógica do capital, quando este se torna insuficiente para consolidar as suas taxas de lucro. O processo de extração de mais-valia do capital, que é movido pelo lucro, se dá em diferentes contextos históricos e em diferentes expressões de cada modo de produção do sistema capitalista.

A crise do capital, em sua fase de depressão, provocou, conforme Bhering e Boschetti (2008) “uma superabundância de capitais e uma escassez de lucros, produzindo o desemprego generalizado e a queda do consumo, inviabilizando o processo de realização da mais-valia” (p. 94). Nesse sentido, o Estado passou a atuar como mediador na busca por reativar o consumo e o emprego, amortecendo a crise mediante as políticas sociais.

Em contexto de crise, as políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e competitividade, e sofrem diretamente a ofensiva capitalista em sua busca por superlucros (Boschetti, 2017, p. 132).

As políticas sociais se desenvolveram paulatinamente durante o período depressivo do capital e difundiram – se após a Segunda Guerra Mundial, iniciando-se a fase madura do capitalismo. O contexto dramático ocasionado pela Segunda Guerra Mundial, marcado pela devastação e pelo desemprego, impulsionou a necessidade de estratégias para saída da crise do capitalismo. Nesse sentido, adotou-se a proposta do liberalista Keynes, que defendia a liberdade individual e a economia de mercado, em que o Estado passava a intervir na economia:

Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. (Bhering e Boschetti, 2008, p.118).

O Keynesianismo agregou-se ao pacto fordista, promulgado por Ford, que propunha a produção em massa para o consumo em massa. Sendo assim, deu-se início aos anos de ouro do capitalismo, um período de transformações econômicas e sociais, expressadas pelo pleno emprego, consumismo, urbanização, avanço tecnológico e cultural. Esses fatores provocaram uma mudança na relação entre capital e trabalho, pois apesar dos anos dourados caracterizarem-se enquanto algo bom para o capital, os benefícios não foram comuns a todos, pois os países do capitalismo periférico não puderam usufruir destes. Vale ressaltar que em alguns momentos esse período foi caracterizado pelo agudizamento das desigualdades sociais. De acordo com Cavalcante *et al* (2021) apud Hobsbawm (1995) nesse momento há uma junção do liberalismo econômico com a democracia social, combinando o liberalismo com uma economia capitalista.

Nesse sentido é criado uma espécie de acordo entre capital e trabalho, em que o Estado passaria a designar parte de suas receitas para benefícios sociais, em contrapartida, a classe trabalhadora passaria a conter suas ideias revolucionárias. Esse período é conhecido por Welfare State, o qual configurou-se como uma resposta do Estado para as consequências da guerra.

Os anos finais da década de 1960 e início da década de 1970 é marcado por um esgotamento do acordo entre o capital e a classe trabalhadora, dando início a uma nova crise do capital. O modo de produção fordista já não respondia mais as contradições inerentes ao

capitalismo, nesse sentido, este sistema precisou dá resposta emergente a sua nova crise cíclica.

Desta forma, o capital passou a adotar mecanismos para solucionar os problemas mundiais, sendo assim adotou a proposta trazida no Consenso de Washigton, o qual indicava para a saída da crise, o modelo neoliberal, que segundo Cavalcante *et al* (2021) apud Carcanholo (2008) é caracterizado por

políticas que visavam dois objetivos: a manutenção estável da inflação e a aquisição de um terreno econômico fértil para o mercado, que “incentive a maior concorrência entre os capitais e a livre iniciativa para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico (Cavalcante *et al*, 2021, p. 5).

O neoliberalismo defende a não intervenção estatal no comércio exterior, nem nos mercados financeiros, mas a livre movimentação de capitais. Suas propostas apontam para uma supervalorização do mercado e por um Estado mínimo, que favoreça a acumulação e expansão capitalista.

Iniciou-se com isso um processo de reestruturação produtiva, que buscava aumentar o consumo, a reestruturação da produção, equilibrar o mercado e a recomposição do ciclo reprodutivo do capital. A proposta neoliberal afetou não só as configurações produtivas deste sistema, mas também as relações sociais, desencadeando assim uma nova configuração para o mundo do trabalho. Esse processo trouxe consigo rebatimentos para a classe trabalhadora, a qual passou a vivenciar altos índices de desemprego, precarização do trabalho, terceirização, necessidade de assumir multifunções.

As formas de exploração do capital sobre o trabalho intensificaram-se, no sentido de que o capital não deixou de aumentar sua produtividade e lucro, mas ocasionou um exército industrial de reserva, fazendo com que os trabalhadores se submetessem a várias formas de exploração, baixos salários, informalidade, entre outras.

Conforme aponta Bhering e Boschetti (2008) a hegemonia neoliberal ocorreu no final dos anos 1970 quando países da Europa e os Estados Unidos assumiram seus princípios nas suas formas de governo. A perspectiva neoliberal foi se expandindo e na década de 1990 se estabeleceu no Brasil, acompanhando consigo um período de contrarreformas, o qual propunha reformar o Estado, incentivando as privatizações e mudanças na previdência social.

O projeto neoliberal acompanhava o ajuste fiscal e a redução com gastos sociais, com o pretexto de melhorar a economia. Esse contexto incentiva políticas sociais focalizadas,

privatizadas e descentralizadas, e como consequência está a desregulamentação do Estado, desemprego, crescimento da informalidade no campo do trabalho e desproteção do Estado ao trabalhador. O Estado passa a se desresponsabilizar por mecanismos de contenção da crise, transferindo essa responsabilidade para o terceiro setor.

### **3 ESTADO NEOLIBERAL E SEUS REBATIMENTOS NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL**

Assiste-se os rebatimentos do projeto neoliberal até os dias atuais, que têm como decorrência a agudização da questão social, miséria, vulnerabilidade social, pobreza, dentre outras expressões que se revelam em múltiplas facetas. No campo da saúde mental esses rebatimentos não são diferentes. Para melhor compreensão faz-se necessário um breve resgate histórico de como se deu a relação do Estado com as Políticas Públicas. Conforme aponta Barboza apud Marx, em sua tese: “O Estado tem como função social amortecer os conflitos entre as classes, não cabendo a este eliminar os males sociais, mas administrá-los” (p.259, 2023). Nesse sentido, regulamentam um conjunto de ações que representam a disputa de interesses existentes.

No ano de 1952 a Associação Americana de Psiquiatria defendeu a categorização de diagnósticos de transtornos mentais, acarretando a elaboração e publicação do primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que apresentou 106 categorias diagnósticas. Em 1968 acontece a publicação do segundo DSM bem como da Classificação Estatística Internacional de Doenças e problemas relacionados com a saúde (CID-8). O Manual apontou, nessa versão, 182 categorias diagnósticas. Vale salientar que essa versão provocou desconforto científico, promulgando assim uma revisão do DSM no ano seguinte.

No ano de 1978 foi criado o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), o qual contava com a participação de trabalhadores e familiares de pessoas que passaram por internações psiquiátricas, o qual interpelou a assistência psiquiátrica brasileira. No início da década de 1980 é publicado mais uma revisão do DSM, com vistas a padronizar a prática diagnóstica, que concluiu apresentando 265 categorias, as quais desprezavam o indivíduo adoecido e suas subjetividades, prevalecendo o modelo biomédico, que dava o parecer do indivíduo que era normal e anormal.

Em 1986, a Carta de Ottawa, produto de uma Conferência Internacional no Canadá, apontou para alguns elementos que deveriam ser considerados para se pensar saúde,

compreendendo a saúde como um modo para viver. Além disso, aconteceu nesse mesmo ano a 8ª Conferência Nacional de Saúde que foi preponderante para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), dois anos depois. Em 1987 foi criado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em São Paulo, designado a pessoas com transtornos mentais ou que fazem o uso de drogas.

No ano de 1988 é instituída a chamada Constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988, a qual afirmou um comprometimento com os direitos sociais e a proteção social pelo Estado. Em seu artigo 196 promulga que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Brasil, 1988, p.40).

Em 1989 é criado o Projeto de Lei Paulo Delgado, considerado um projeto de reforma psiquiátrica, o qual se propunha a regulamentar os direitos das pessoas com transtorno mental. A década de 1990 é marcada pela adesão do Brasil à Política neoliberal, e com esta o projeto de contrarreforma à crise estrutural do capital. Dessa forma assiste-se à regressão de direitos sociais já conquistados, dentre eles o da saúde. Vale salientar que nesse cenário a Política de Saúde e Saúde Mental é marcada por avanços e regressões, a depender dos governos que as administraram e de suas ideologias.

No ano de 1994 aconteceu mais uma atualização do DSM, a quarta das suas versões, que apresentou 297 categorias diagnósticas. E em 2000 aconteceu mais uma atualização, acrescentando mais 21 diagnósticos no manual. Em 2001 assiste-se à regulamentação do projeto da Reforma Psiquiátrica, a partir da Lei Federal 10.216, dando início a Política Nacional de Saúde Mental. No ano seguinte é criada a Portaria ministerial 336 que estabelece as modalidades de CAPS. E Apenas em 2011 é instituída a Portaria 3088, a qual instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a qual propõe a articulação de pontos de atenção, ou seja, a articulação de serviços voltados para pessoas com transtornos mentais ou que fazem o uso abusivo de álcool e outras drogas.

No ano de 2013 é inaugurado o Plano de Ação para a Saúde Mental, que tem o objetivo de se estender até o ano de 2020 e dentre as suas propostas está a de ampliar as taxas de atendimento às pessoas com transtornos mentais. Ainda em 2013 aconteceu mais uma atualização do DSM, a sua quinta versão, que contou com a participação de médicos,

pesquisadores, pacientes e familiares de pessoas com transtorno mental, todavia ampliou a sua categorização diagnóstica para mais de 300 diagnósticos. Conforme aponta Zorzanelli et al “a quinta edição do DSM marcaria a nova grade diagnóstica em psiquiatria e seria um dos principais acontecimentos no campo da saúde mental contemporânea” (2014, p. 7).

No governo de Michel Temer, em 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional nº95, uma extrema medida neoliberal face à Política de Saúde, que defendeu o congelamento dos gastos com saúde e educação durante 20 anos. Tal medida minimizou a participação do Estado e suas intervenções na execução das referidas políticas públicas.

Em 2017 com a elaboração das portarias nº 32/2017 e 3.588/2017, estimulou-se a manutenção de vagas em leitos de hospitais psiquiátricos e em hospitais gerais, bem como a ampliação de comunidades terapêuticas destinadas a dependentes químicos. Nesse sentido pode-se perceber que o processo de contrarreforma neoliberal impele diretamente a execução de políticas públicas.

Em 2019, no início do governo de Jair Messias Bolsonaro aconteceu emissão da nota técnica nº 11/2019, a qual trouxe em seus escritos a evidência das comunidades terapêuticas e a autorização de compras de equipamentos de eletrochoques e o fortalecimento dos manicômios, tais propostas iam de contra os pressupostos da Reforma Psiquiátrica. Além disso, a publicação do decreto nº9761/2019 trazia a proposta de uma Nova Política de Drogas, favorecendo a abstinência e desconsiderando a Política de Redução de Danos antes estabelecida. Posteriormente, o mundo passa a ser cenário da pandemia do novo Coronavirus, a Covid 19.

A trajetória histórica elencada acima aponta para um espaço público permeados por conflitos ocasionados pelo Estado neoliberal, comprometendo diretamente as políticas públicas, principalmente as políticas de saúde e de saúde mental.

#### **4 PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL**

Sabe-se que a história do capitalismo é permeada por crises, entretanto essas crises têm se agudizado ainda mais no decorrer dos anos, afetando a vida social dos sujeitos. Suas múltiplas faces se inovam e afetam profundamente o sujeito em sua integralidade, até mesmo manipulando suas necessidades.



A via neoliberal do capitalismo, conforme aponta Amarante et al “já traz pronta uma solução eficaz para o sistema, alienando e patologizando o desviante” (2018, p. 7). Essa solução vem “revestida” de medicações, inserida ao contexto de consumo e economia de mercado. O uso de medicamentos passa ser uma estratégia do capital para estimular o lucro.

O faturamento da indústria farmacêutica cresce consideravelmente com a venda de medicações, principalmente com aquelas que agem diretamente no sistema nervoso central. Além disso, a ideia do consumo em massa, proposto por esse sistema, também tem recaído para as relações sociais, massificando a compreensão de patologia e de sofrimento (Barboza, 2023). A lógica do consumo, como aponta Araújo 2018, faz parte da mediação do Estado, o qual tenta manter a ordem social apresentando certa melhoria à sociedade, através da captura subjetiva das massas, que estão integradas diretamente ao processo de acumulação capitalista.

Diante de um leque de diagnósticos categorizados por meio de manuais e outros materiais científicos são estabelecidos critérios que estão postos neles e assim são tomadas as decisões de qual diagnóstico escolher para o indivíduo que foge do padrão determinado pela sociedade.

Com base nestes diagnósticos, fica a critério da instituição e do médico aplicar a “terapêutica”, que geralmente inclui mudanças de hábitos, psicoterapias ou outras formas de ajuda psicológica e o uso de algum medicamento, seja como elemento principal ou de apoio (Amarante *et al*, p. 14, 2018)

Destarte, percebe-se que no atual contexto do capital vem se estabelecendo uma indústria não só farmacêutica, medicamentosa, mas também que promove o adoecimento, que tem transformado os processos naturais e subjetivos do ser humano em doenças, majoritariamente tratados à base de medicamentos, os quais muitas vezes não passam de paliativos para os sintomas apresentados, mas posteriormente deixam marcas no desenvolvimento dos sujeitos. Por trás dessa indústria encontra-se mascarada a lógica do valor, do capital, que massacra todas as classes sociais, sobretudo os mais desprovidos da sociedade.

## 5 CONCLUSÃO

Esse artigo buscou trabalhar sobre o papel do Estado frente ao modo de produção capitalista, bem como os impactos sociais advindos das políticas neoliberais desenvolvidas nos últimos anos, as quais refletiram diretamente no campo da saúde mental.

Percebeu-se que a cada atualização dos manuais diagnósticos houve um aumento da categorização destes, e este fato é decorrente do projeto político neoliberal adotado nos últimos anos, o qual desconsidera os fatores sociais dos sujeitos, reduzindo-o a uma patologia. Além disso, as alternativas mediadas pelo Estado tornaram-se cada vez menores para as pessoas quem encontram-se com algum tipo de adoecimento mental e vasta para os grandes capitalistas.

Constatou-se um aumento considerável de patologias, que se reverberam em um cardápio amplo de transtornos mentais e conseqüentemente a medicalização dos sujeitos. O sofrimento passa a ser mascarado por meio das “pílulas mágicas” que paliativamente aliviam os sintomas, todavia deixam conseqüências na vida social a longo prazo. Essa alternativa impulsiona o consumo de medicamentos, privilegiando a indústria farmacêutica, a qual é preponderante para a manutenção capitalista atualmente.

Dessa forma, constatou-se um Estado mínimo para as políticas públicas e a centralidade imperante do modelo biomédico, que traz alternativas ineficazes para a problemática em tela. No decorrer do estudo foram encontradas a algumas limitações referentes a metodologia utilizada, pois a revisão bibliográfica, através da literatura e dos registros de campo, tornou-se insuficiente para a importância da problemática abordada.

Nesse sentido, faz-se necessário estender a pesquisa para o campo, e dessa forma abranger a discussão iniciada nesse artigo, e assim contribuir de forma ampla com a comunidade acadêmica, estudiosos da área e com o suporte para a elaboração de políticas públicas no campo da saúde mental.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. *et. al.* Patologização e Medicalização da vida: epistemologia e política. 1 ed. São Paulo, Zagodoni, 2018.

ARAÚJO, Wécio. Razão e Estado em Hegel: sobre os fundamentos ontológicos da sociedade moderna. In: VELLOSO, J. C. et al (orgs). Direitos Humanos: diálogos íbero-americanos. 2019. ed. D'Plácido.

BARBOZA, Fernanda, Luma, G. Suicídio: o que sabemos e o que há para além do discurso hegemônico. São Paulo, Editora Dialética, 2023.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2008, 9 ed.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. Serviço Social e sociedade. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

CAVALCANTE, D. M. et. al. Crise do Capital, ofensiva neoliberal e intensificação da Questão Social no Brasil. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. X. 2021. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Anais.

SILVA, Segislane, Moésia, Pereira, da. Contrarreforma do Estado e a Política de Saúde Mental: um estudo nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis do Estado da Paraíba. Dissertação. João Pessoa. 155 p. 2021.

ZORZANELLI, Rafaela. *et. al* (orgs). A criação de diagnósticos na psiquiatria contemporânea. 1 ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.